

Recife, 10 de agosto de 2022

Ao Centro de Estudos Judiciários (CEJ), integrante do Conselho da Justiça Federal (CJF)
Assunto: Proposta de curso para capacitação de magistrado(a)s e servidores da Justiça Federal que trabalham na elaboração de minutas e/ou decisões judiciais

Prezados,

Conforme solicitado, apresento proposta para ministrar o **“Curso básico de elaboração de ementas”**.

Objetivo Geral do Curso (competência esperada)

- Elaborar minutas de ementas jurisprudenciais de forma padronizada, clara e precisa, com termos recuperáveis, destacando sua função e importância no "sistema de precedentes".

Objetivos Específicos do Curso

- Conhecer noções básicas do “Sistema de Precedentes”, relacionando o impacto das ementas enquanto fonte jurisprudencial do Direito.
- Compreender o acórdão como objeto do resumo documental para fins jurisprudenciais, identificando elementos essenciais que deverão constar na ementa.
- Identificar o conceito, a função, a classificação, a formatação e as partes da ementa, assim como técnicas para sua elaboração de forma padronizada.
- Elaborar ementas de forma padronizada, possibilitando a identificação do(s) entendimento(s) ou tese(s) firmada(s) na decisão (colegiada ou monocrática), viabilizando a recuperação de dados em pesquisas jurisprudenciais no Tribunal.

Justificativa

Considerando o “sistema de precedentes”; dificuldades encontradas no acesso a Bancos de Dados jurisprudenciais dos Tribunais; o dever de uniformização, estabilidade, integridade e coerência da jurisprudência; recomendações trazidas pelo Conselho Nacional de Justiça; o **“Curso básico de elaboração de ementas”** pretende aperfeiçoar a forma de elaboração de minutas das ementas, facilitando pesquisas e consultas jurisprudenciais.

Acredita-se que a adoção de técnicas para uma elaboração mais padronizada das ementas jurisprudenciais, evitando erros comuns, viabilizará a recuperação de dados para fins de pesquisas jurisprudenciais, trazendo mais acessibilidade, agilidade, credibilidade, eficiência, proteção de dados, segurança jurídica e transparência na prestação jurisdicional.

Ementa do curso

NOÇÃO BÁSICA DO SISTEMA DE PRECEDENTES. TRADIÇÕES JURÍDICAS DO COMMON LAW E CIVIL LAW. VALORIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA NO DIREITO BRASILEIRO. NECESSIDADE DE ACESSO A BANCOS DE DADOS COM PADRÕES DECISÓRIOS. EMENTA COMO FONTE DE PESQUISAS JURISPRUDENCIAIS. A



IMPORTÂNCIA DAS REGRAS DE PADRONIZAÇÃO. O ACÓRDÃO COMO OBJETO DE RESUMO DOCUMENTAL PARA FINS JURISPRUDENCIAIS. DIFERENÇA ENTRE ACÓRDÃO E EMENTA. A EMENTA: CONCEITO, FUNÇÃO E PARTES. CABEÇALHO. PARTE DISPOSITIVA. O MÉTODO EMENTA PERFEITA. ANÁLISE DE EMENTAS.

Conteúdo Programático

1. Sistema de precedentes, valorização da jurisprudência e reflexos na elaboração das ementas jurisprudenciais.
2. Dificuldades encontradas no acesso a Bancos de Dados jurisprudenciais dos Tribunais.
3. Elementos essenciais da sentença e do acórdão: relatório, fundamentação e dispositivo.
4. Processo de resumo do acórdão para fins documentais e jurisprudenciais – “a condensação documentária”, de José Augusto Chave Guimarães.
5. Dados da decisão e/ou do acórdão na ementa: fato(s) jurídico(s) relevante(s), instituto(s) jurídico(s), entendimento(s) e argumentação (s). Conteúdo Programático
6. Ementa: conceito, função, elementos essenciais, formatação, técnicas para elaboração.
7. O cabeçalho e a parte dispositiva: características e elementos necessários.
8. O acórdão e o resultado do Julgamento.
9. Resoluções sobre elaboração de ementas e Diretrizes do CNJ.

Metodologia

O curso será ministrado de forma síncrona (6 horas-aulas on-line ao vivo, distribuídas em 3 encontros) e assíncrona (20 horas-aula) no Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) – Moodle - do Centro de Estudos Judiciários (CEJ).

Parte-se de uma metodologia ativa, com exposições teóricas dialogadas nas aulas ao vivo; vídeos-aula interativos; realização de atividades diagnósticas e avaliativas; fornecimento do material da aula para leitura (slides); indicação de material complementar para estudo; fóruns para discussão, estimulando o compartilhamento de opiniões; processo colaborativo de construção do conhecimento, dentro dos princípios da andragogia.

O material utilizado nas aulas será fornecido em forma de PDF, facilitando o acompanhamento, a consolidação e a revisão do conteúdo abordado.

Carga horária

Carga horária total - 26 horas-aula, sendo 6 horas-aula síncronas, distribuídas em 3 encontros online e ao vivo (um encontro de 1 hora-aula e 2 encontros de 2,5 horas-aula (estes com intervalo de 20 minutos); 20 horas-aula para assistir vídeos-aula (5 vídeos), leitura de material teórico utilizado na aula (slides) e material complementar, resposta aos 4 formulários preparados pela docente (atividades diagnósticas e avaliativas), participação em fórum de discussão.

Público-Alvo

O curso é destinado a magistrado(a)s e servidores que trabalham na elaboração de minutas e/ou decisões judiciais



Capacidade máxima por turma

40 (quarenta) vagas por turma, tendo em vista a necessidade de interação entre a docente e os participantes, potencializando os resultados práticos perseguidos.

Valor do investimento

Valor do curso - O valor cobrado, por turma contratada, toma por base valor da hora-aula definida pela normativa da ENFAM (RESOLUÇÃO ENFAM N. 1 DE 13 DE MARÇO DE 2017), observada a atividade docente. Partindo da carga horária definida, tem-se o seguinte:

- 6 h/a x R\$ 286,00 = R\$ 1.716,00

- 20 h/a x R\$ 251,00 = R\$ 5.020,00

Total curso = R\$ 6.736,00

Período e horário

A combinar.

Previsão: 22/11/22 a 07/12/2022.

Docente (s):

Dulce Dias Ribeiro Pontes.

CPF: 856.915.344-91

Dados para pagamento:

Banco Santander.

Agência 4160.

Conta Corrente: 01000027-7

Mini currículo: Analista Judiciária do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Chefe de Gabinete na 1ª Vice-Presidência do Tribunal de Justiça de Pernambuco. Professora/Instrutora na Escola Judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco no curso Ementa Perfeito e Juízo de Admissibilidade. Professora convidada da Pós-Graduação em Processo Civil do Centro de Estudos e Pesquisas no Ensino do Direito (CEPED) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ). Membro do Centro de Inteligência da Justiça Estadual do Estado de Pernambuco – Cijuspe. Mestre em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco. Graduada em Direito pela Universidade Católica de Pernambuco (1999), com pós-graduação pela Escola Superior de Magistratura Trabalhista da 6ª Região (2003) e pós-graduação em Direito Civil e Processo Civil (Empresarial) pela Escola Superior de Magistratura de Pernambuco (2008). Professora do curso “Elaboração de Ementas Jurisprudenciais” junto a Escola Judiciária do Piauí (2021) e da Escola Judicial do Poder Judiciário do Estado do Pará. Professora do curso Ementa Perfeita junto a Escola Superior de Magistratura do Maranhão (2022) e ao Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco (2022).

Atenciosamente,

Dulce Dias Ribeiro Pontes

Email: ducadiaspontes@hotmail.com

Celular: (81)98636-8558

